

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 036/2023 - FMS
7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2021
CONTRATO DE RATEIO Nº 24/2023
CONTRATO DE RATEIO PARA REPASSE DE RECURSOS,
RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2024, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE
SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CISAMOSC E
O MUNICÍPIO DE IRATI/SC

O CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CISAMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Servidão Anjo da Guarda, 295D, Efapi, Chapecó-SC, neste ato representado por seu Presidente, Senhor MAURO FRANCISCO RISSO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 7**.**.***-49, prefeito do município de Jardinópolis, doravante denominado CONSÓRCIO e o **MUNICÍPIO DE IRATI**, inscrito no CNPJ sob o nº 95.990.230/0001-51, com sede na Rua Rio Branco, 192, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor NEURI MEURER, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº **.339.639-**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, amparados pela Lei nº 14.133/2021, Lei nº 11.107/2005, Decreto nº 6.017/2007, Resolução de nº. 051/2023 de 25 de outubro de 2023, e pelo Contrato de Consórcio Público, celebram o presente Contrato de Rateio, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos financeiros ao Consórcio Público de Saúde para o custeio das despesas com pessoal e encargos sociais, relativo as despesas de manutenção e desenvolvimento das atividades administrativas e de investimentos do Consórcio, adimplemento dos serviços especializados em saúde, de média e alta complexidade ambulatorial, a serem prestados aos municípios do Ente Consorciado acima qualificado, adimplemento referente a aquisição de medicamentos insumos e correlatos – farmácia básica e psicotrópicos, oriundos de processo licitatório, tendo por objeto a contratação de fornecedores para atender a demanda dos municípios consorciados, adimplemento referente a construção do Centro de Referência em Especialidades Médicas Regional

– CREMER, tudo em conformidade com as diretrizes do SUS, nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05, e Orçamento aprovado, parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE E TRIBUTOS

2.1 O **MUNICÍPIO** repassará ao **CONSÓRCIO** o valor de R\$ 567.874,13 (quinhentos e sessenta

e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e treze centavos), correspondente ao somatório

dos valores extraídos do Anexo Único do presente Contrato de Rateio.

2.2 O valor estabelecido no item anterior é estimado para o exercício do ano 2024, podendo ser

alterado por termo aditivo, mediante prévia disponibilidade orçamentária do MUNICÍPIO,

caso os recursos financeiros estimados inicialmente não sejam suficientes para o atendimento

dos serviços assentadas na Cláusula Primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DA TRANSFERÊNCIA DO REPASSE

3.1 O MUNICÍPIO repassará ao CONSORCIO, até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, o

valor referente aos medicamentos insumos e correlatos adquiridos, mediante o processo

licitatório realizado pelo consorcio público de saúde.

3.2 O valor relativo as despesas de manutenção, despesas com pessoal, encargos sociais, e

desenvolvimento das atividades administrativas e de investimentos do Consórcio, será

transferido pelo MUNICÍPIO ao CONSORCIO, em 12 (doze) parcelas iguais de R\$ 4.000,00(quatro mil reais) até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês.

3.3 Os valores correspondentes aos serviços de saúde efetivamente utilizados no mês de

referência (consultas/exames/procedimentos/OPM's) serão repassados ao CONSORCIO, até o

dia 25 (vinte e cinco) de cada mês.

3.4. O valor correspondente ao adimplemento das parcelas referentes ao Rateio da construção do Centro de Referência em Especialidades Médicas Regional – CREMER,

será repassado ao CONSORCIO, em 12 (doze) parcelas iguais de R\$ 4.572,84 (quatro mil,

quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e quatro centavos), até o dia 25 (vinte e cinco) de

cada mês.

3.4.1 *o valor total do repasse do município será de R\$ 109.748,26 (cento e nove mil, setecentos e quarenta*

e oito reais e vinte e seis centavos), que será dividido em 24 parcelas, ou seja, 12 parcelas em 2024 e 12

parcelas em 2025).

3.4 O desatendimento das condições estipuladas no item anterior, implicará na imediata

suspensão dos serviços disponibilizados ao MUNICÍPIO e do bloqueio de acesso ao sistema

de gestão de saúde para pedidos/solicitação de serviços e compras pelo Consorcio.

3.5 O MUNICÍPIO fica sujeito às sanções previstas no Contrato de Consórcio Público, caso

não consigne em sua Lei Orçamentária as dotações suficientes para suportar as despesas

previstas neste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Contrato de Rateio vigorará do dia 02 de janeiro de 2024 até o dia 31 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta do Orçamento Municipal

aprovado para o exercício de 2024, nas seguintes dotações:

a) 3.1.71.70.01 – R\$ 33.600,00 – Pessoal e Encargos Sociais

b) 3.3.71.70.01 – R\$ 13.440,00 – Outras Despesas Correntes

c) 4.4.71.70.01 – R\$ 960,00 – Investimentos

Total: R\$ 48.000,00

d) 3.3.93.39.50 – R\$ 274.400,00 – Serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial

e) 3.3.93.30.43 – R\$ 5.600,00 - Materiais para reabilitação profissional

Total: R\$ 280.000,00

f) 3.3.93.32.02 – R\$ 185.000,00 – Medicamentos

Total: R\$ 185.000,00

g) 4.4.71.51.91 – R\$ 54.874,13 – Obras em andamento - parcelas referentes a 2024 (12X R\$ 4.572,84).

Total: R\$ 54.874,13

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CIS-AMOSC

6.1 São obrigações do CIS-AMOSC:

a) adotar todas as providências cabíveis à execução do presente Contrato de Rateio;

b) acompanhar e fiscalizar qualidade técnica da prestação dos serviços continuamente;

c) elaborar relatórios das atividades desenvolvidas pelo consórcio no exercício de 2024;

d) colocar à disposição do MUNICÍPIO os serviços desde que credenciados;

- e) colocar à disposição do MUNICÍPIO o sistema informatizado para agendamento de consultas/exames/ procedimentos;
- f) colocar à disposição do MUNICÍPIO o sistema informatizado para solicitação/pedidos para fornecimento dos produtos licitados;
- g) orientar as Secretarias Municipais de Saúde em relação aos procedimentos de encaminhamento de usuários;
- h) encaminhar mensalmente o recibo do valor pago pelo MUNICÍPIO;
- i) enviar ao MUNICÍPIO, mediante protocolo de entrega, as guias de consultas, exames e procedimentos decorrentes de atendimentos de usuários do SUS para serem mantidas em arquivo do consorciado pelo prazo estabelecido em lei;
- j) enviar relatório analítico dos procedimentos, após o término da conferência da produção mensal por via eletrônica;
- k) disponibilizar ao MUNICÍPIO a possibilidade de participação em eventos, cursos e treinamentos que proporcionem a troca de experiências e o aprimoramento do modelo consorcial adotado.
- l) cumprir com as deliberações da Assembleia Geral, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio.
- m) zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste Contrato de Rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) adotar as providências cabíveis para a transferência do valor fixado na Cláusula Segunda do presente instrumento;
- b) realizar os repasses financeiros no prazo estabelecido na Cláusula Terceira;
- c) acompanhar os encaminhamentos de pacientes aos serviços oferecidos pelo Consorcio;
- d) responsabiliza-se pelos pagamentos dos valores da consulta médica, em caso de o paciente encaminhado pelo município para consulta junto a Clínica Médica do Consorcio não comparecer, sem prévia justificativa por mais que uma vez;
- e) auxiliar o Consorcio a ampliar o número de profissionais credenciados na região de abrangência;
- f) acompanhar as solicitações/pedidos dos produtos licitados;
- g) informar ao Consorcio, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços e ou itens licitados, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas;
- h) definir conjuntamente com o Consorcio a necessidade de novos serviços e ou produtos s serem licitados;
- i) acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato de Rateio;
- j) publicar o extrato do presente Contrato de Rateio na imprensa oficial do

MUNICÍPIO.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 Em atendimento aos dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica

o Consorcio é obrigado a fornecer as informações necessárias para serem consolidadas nas contas do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 O inadimplemento das obrigações assumidas neste instrumento sujeita o contratante faltoso às penalidades previstas no Contrato de Consórcio Público.

9.2 A celebração do presente Contrato de Rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa, conforme disposto no art. 10, inc. XV, da Lei nº 8.429/92

(Lei de Improbidade Administrativa).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 O presente instrumento será rescindido automaticamente no caso de o MUNICÍPIO deixar de integrar o Consorcio, desde que atendidas às formalidades estabelecidas no Contrato de Consórcio Público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, para dirimir

quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2

(duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Chapecó (SC), 12 de dezembro de 2023.

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
PRESIDENTE**

**MUNICÍPIO DE IRATI
NEURI MEURER
PREFEITO MUNICIPAL**